

Pol

DATA DA REUNIÃO: VINTE E OITO DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO, SITO NA PRAÇA 25 DE ABRIL, SANTO TIRSO. -----

PRESIDIU: O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA.-----

PRESENÇAS E FALTAS-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA MARIA DE ANUNCIAÇÃO PAIS NUNES MACHADO MONTEIRO, EM SUBSTITUIÇÃO DE CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES, NOS TERMOS PREVISTOS NO ARTIGO 78º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE.-----

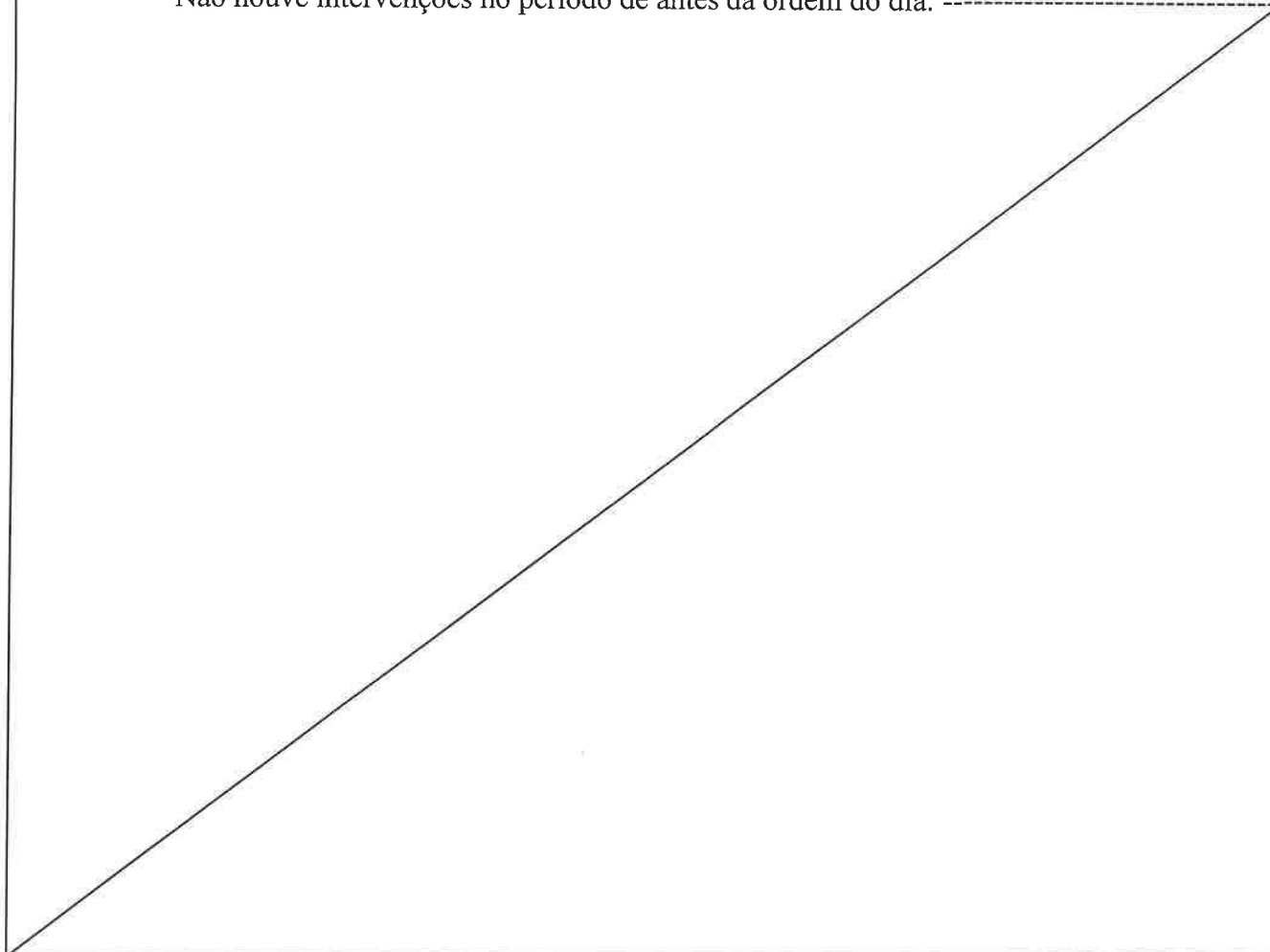


[Handwritten signature]

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E QUINZE MINUTOS.-----
HORA DE ENCERRAMENTO: QUINZE HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS.-----
SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA
SALGADO MAGALHÃES. -----
**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM
DO DIA:** A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Não houve intervenções no período de antes da ordem do dia. -----





[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

**DE IMEDIATO ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS
PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE
ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS. -----**



REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28 DE JUNHO DE 2018 – ATA Nº 13

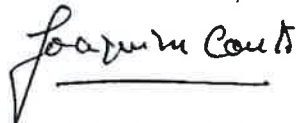
ORDEM DO DIA

- 1 - Ata da reunião da câmara municipal de 14 de junho de 2018: Aprovação
- 2 - Proposta de alteração da Estrutura Orgânica do Município de Santo Tirso
- 3 - Proposta de atribuição de Despesas de Representação aos titulares de cargos de Direção Superior de 1º Grau
- 4 - Grandes Opções e Orçamento do Município para 2018 - 4ª Revisão ao PPI, Orçamento da Despesa e 3ª revisão ao Orçamento da Receita
- 5 - Projeto da 6ª Alteração ao Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais
- 6 - Proposta de 2.ª Alteração do Regulamento para a atribuição de Prémios de Mérito Escolar: Aprovação
- 7 - Proposta de celebração de protocolo de cooperação entre o município de Santo Tirso e a Companhia de Teatro de Santo Tirso
- 8 - Festival Danças do Mundo - Proposta de celebração de Protocolo com a Casa da Gaia - Centro de Cultura, Desporto e Recreio de Argoncilhe
- 9 - Proposta de atribuição de subsídio para Colónias de Férias - 1ª fase
- 10 - Junta de Freguesia de Vilarinho - Pedido de atribuição de subsídio para as Festas da Vila
- 11 - Junta de Freguesia de Rebordões - Pedido de atribuição de subsídio para as Festas da Vila
- 12 - Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos - Pedido de atribuição de subsídio para as Festas da Vila
- 13 - Junta de Freguesia de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães – Semana de Santa Cristina do Couto
- 14 - Fábrica da Igreja Paroquial da Palmeira - Pedido de subsídio para as Festas da Nossa Senhora do Rosário

- 15 -** Fábrica da Igreja Paroquial de S. Miguel das Aves - Pedido de subsídio para as Festas em honra de S. Miguel Arcanjo
- 16 -** Fábrica da Igreja Paroquial de S. Bartolomeu de Fontiscos - Pedido de subsídio para aquisição de órgão de tubos
- 17 -** Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria Madalena -Pedido de subsídio para obras de ligação da rede predial de saneamento de águas residuais do Mosteiro de São Bento à rede pública
- 18 -** Associação Amigos de Sanguinhedo: Pedido de subsídio para Festas de Sanguinhedo
- 19 -** Proposta de celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo com a associação denominada STARJ – Associação de Artes Marciais de Santo Tirso
- 20 -** Proposta de celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo com associação denominada Clube de Pesca Além Rio
- 21 -** Requerimento de Fundação Franz Schubert: Pedido de reconhecimento do interesse público municipal do projeto relativo à obra de “Remodelação e Ampliação de um conjunto edificado integrado na Quinta de Santa Cristina” para efeitos do disposto no regime da Reserva Agrícola Nacional

Santo Tirso, 25 de junho de 2018

O Presidente,



Dr. Joaquim Couto



Handwritten signature in blue ink.

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14/06/2018.-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia catorze do corrente mês de junho, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor vice-presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----

Não participou na votação da ata a senhora vereadora, em regime de substituição, Dr.^a Maria de Anunciação Pais Nunes Machado Monteiro. -----



Handwritten signature

2. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO. -----

Presente a proposta do senhor presidente da câmara municipal de dezanove do corrente mês de junho, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes cinco folhas, na qual se propõe: -----

a) O modelo de estrutura orgânica do município – Manutenção do modelo de estrutura hierarquizada; -----

b) Estrutura orgânica nuclear – Criação de uma Direção Municipal, dirigida por diretor municipal, cargo de direção superior de 1.º grau, e manutenção de quatro departamentos municipais;

c) Definição do número máximo de unidades orgânicas flexíveis – vinte unidades orgânicas flexíveis, lideradas por titulares de cargos de direção intermédia de 2º grau, (Chefes de Divisão) e vinte unidades orgânicas flexíveis lideradas por titulares de cargos de direção intermédia de 3º grau ou inferior, (Chefes de Serviços), tudo nos termos da mesma proposta; reduzindo-se assim o número de unidades orgânicas flexíveis de quarenta e quatro, para quarenta e três; -----

d) Manter em quarenta o número máximo de subunidades orgânicas; -----

e) Quanto à definição das competências, da área, dos requisitos de recrutamento, do período de experiência profissional, bem como o nível remuneratório dos cargos de direção intermédia de 3º e 4º grau, mantem-se o deliberado pela assembleia municipal em vinte e nove de setembro de dois mil e catorze (item dez da respetiva ata).-----

O senhor vice-presidente da câmara propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a aludida proposta e submeter a mesma à assembleia municipal, face à competência deste órgão prevista no artigo 6.º do Decreto – Lei 305/2009, de 23 de outubro, que aprova o Regime Jurídico da Organização dos Serviços da Autarquias Locais.-----

No momento da discussão da proposta, interveio a senhora vereadora Dr.ª Andreia Neto, tendo colocado as seguintes questões:-----



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

-A proposta altera uma unidade orgânica flexível (Gabinete de Direção Municipal) para uma unidade orgânica nuclear, criando um lugar de Direção Municipal, que não existia. Considerando que as competências são as mesmas, conforme consta da proposta, qual a necessidade desta alteração? -----

- Que impacto é que esta alteração tem no Orçamento Municipal?-----

Seguidamente, pelo senhor vice-presidente da câmara foram prestados os seguintes esclarecimentos: -----

- Trata-se essencialmente duma questão de forma. Com a alteração proposta o titular do cargo de direção municipal passa a ser superior hierárquico dos demais serviços, não havendo necessidade de estar constantemente a “clarificar” por despacho do presidente quais as suas competências. Obviamente que a proposta tem impacto orçamental, pois passará a receber despesas de representação, conforme consta da proposta do ponto seguinte da ordem do dia, mas que não sabe dizer “de cabeça” qual o valor da despesa correspondente. -----

Interveio também na discussão da proposta o senhor vereador Pimenta de Carvalho, dizendo, sucintamente o seguinte: Trata-se da criação de um novo cargo, com novas funções, cujo preenchimento está sujeito a concurso. Da forma como o assunto foi colocado, parece já se saber quem vai preencher o lugar. Está sujeito a concurso ou não? -----

De seguida pediu novamente a palavra a senhora vereadora Dr.ª Andreia Neto, tendo dito o seguinte: O senhor vice-presidente referiu que a proposta tem impacto orçamental. Mas volta a questionar: Qual o valor em concreto?-----

O senhor vice-presidente voltou a afirmar que não tem aqui presentes, na reunião de câmara, os valores em concreto. Mas são os valores que constam da lei.-----

A senhora vereadora Dr.ª Andreia Neto voltou a pedir a palavra e disse que achava estranho trazer-se à câmara municipal uma proposta com impacto orçamental e não saber qual o vencimento que está em causa. -----

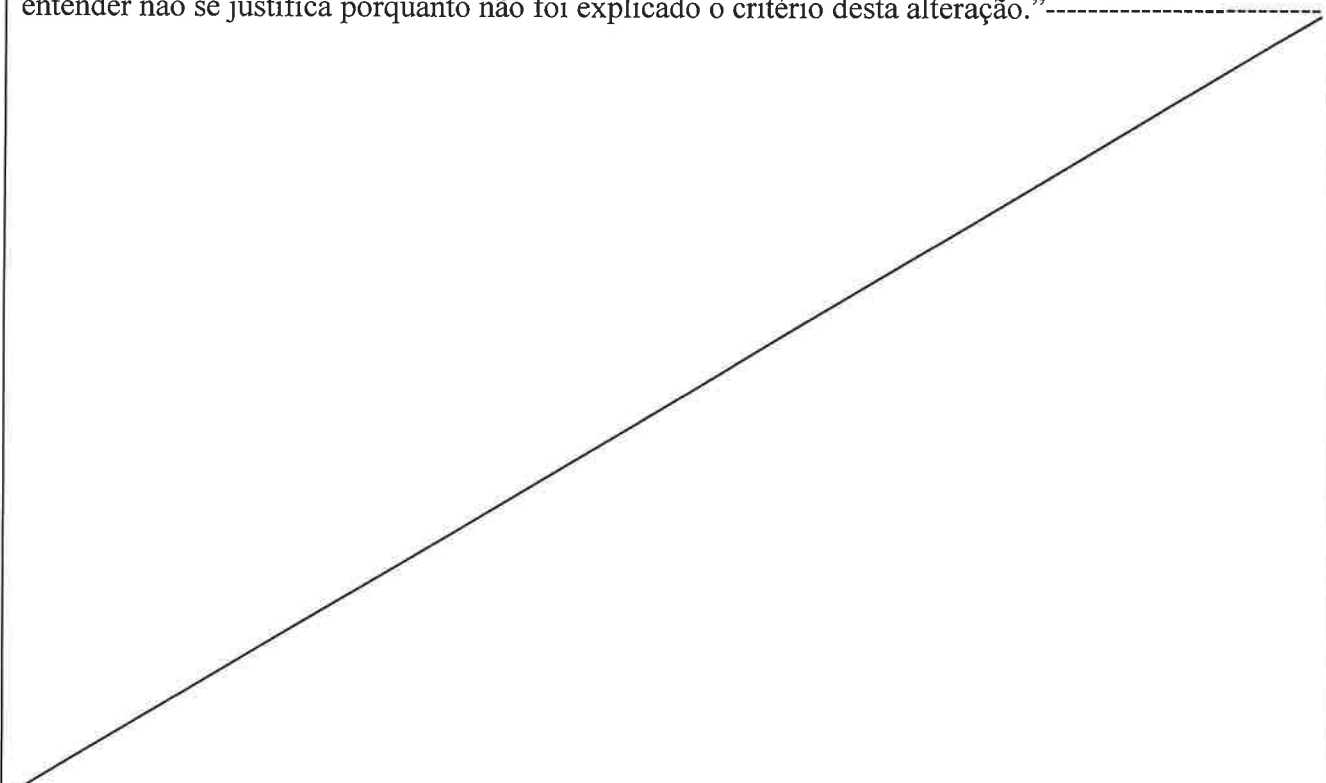


O senhor vice-presidente terminou, reiterando que todos os edis têm as mesmas obrigações, pelo que então todos “têm que saber na ponta da língua” o que está na lei sobre o assunto.

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três votos contra dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, que fizeram a seguinte declaração de voto: -----

“Os vereadores do PSD votam contra esta proposta uma vez que não consideram aceitável que a câmara municipal apresente uma proposta de alteração à estrutura orgânica, quando a última alteração foi implementada em novembro último, agora com a criação de uma Direção Municipal fixa, dirigida por um Diretor Municipal, cargo de Direção Superior de 1º grau, exatamente com as mesmas competências do responsável pelo Gabinete de Direção Municipal, previsto na estrutura orgânica aprovada em novembro. -----

Para além do mais, está em causa um impacto orçamental municipal que no nosso entender não se justifica porquanto não foi explicado o critério desta alteração.”-----



Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Alteração da estrutura orgânica do município de Santo Tirso

A estrutura orgânica dos serviços da câmara municipal de Santo Tirso foi recentemente alterada, conforme consta da publicação no Diário da República, 2ª série, n.º 249, de 29 de dezembro de 2017.

A presente proposta tem como objetivo a alteração da estrutura nuclear, propondo que a mesma, para além dos departamentos municipais existentes, seja composta também por uma direção municipal.

Esta proposta surge pela possibilidade legal que a Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro - Lei do Orçamento de Estado para 2018, pelos seus artigos 298º e 299º introduziu ao alterar o artigo 6º (provimento de diretores municipais) e revogar o artigo 21º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto (mecanismos de flexibilidade), deixando de impor restrições tão apertadas na organização dos serviços das autarquias locais.

Na atual estrutura orgânica dos serviços desta câmara municipal, existe, na dependência direta do Sr. Presidente, um Gabinete de Direção Municipal, que está equiparado a uma unidade orgânica flexível, e ao qual compete coordenar, propor e implementar os procedimentos e metodologias necessárias ao melhor desenvolvimento das atividades municipais; coordenar a elaboração das Grandes Opções do Plano, Orçamento, do Relatório Anual de Atividades e outros documentos estratégicos municipais; coordenar, nos termos definidos, pelo Presidente da Câmara, as atividades de todas as unidades orgânicas, monitorizando o cumprimento da estratégia municipal e propondo ações de melhoria.

Desta forma, a proposta cinge-se à extinção do Gabinete de Direção Municipal, enquanto unidade orgânica flexível e a criação de uma Direção Municipal como unidade orgânica nuclear, sendo que as suas atribuições serão as que já constavam do Gabinete de Direção Municipal, ficando na dependência direta do Sr. Presidente.

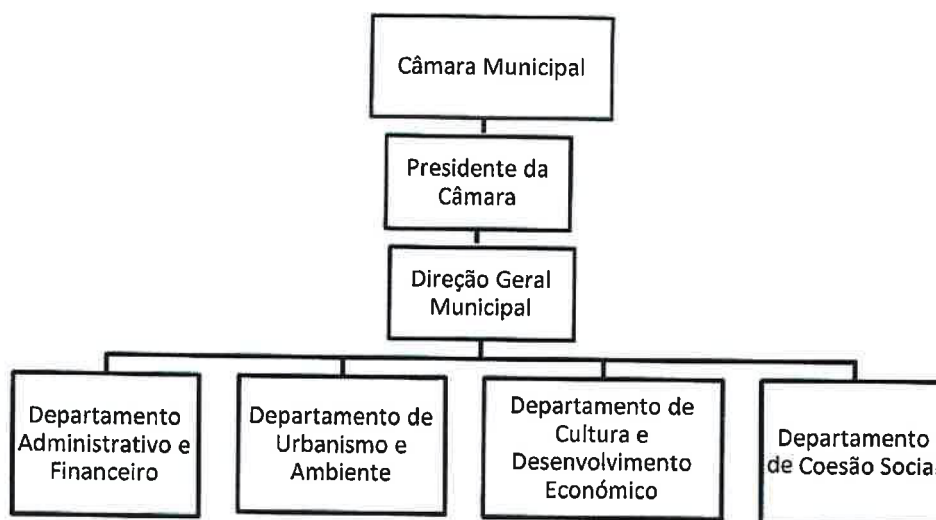
Assim, proponho que a câmara municipal delibere aprovar as alterações referidas à estrutura orgânica dos serviços municipais, para posterior submissão à assembleia municipal.

1 – Modelo de Estrutura Orgânica

Mantêm-se o modelo de estrutura hierarquizada, pois é o que se adequa melhor à organização interna dos serviços municipais.

2 – Estrutura Orgânica Nuclear

A estrutura orgânica nuclear passa a ser composta por uma direção municipal fixa, dirigida por um diretor municipal, cargo de direção superior de 1º grau, com as competências dos dirigentes definidas no artigo 15º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e mantêm-se os quatro departamentos municipais fixos, assim como as suas atribuições que constam do anexo I do Despacho n.º 1612/2017, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 35, de 17 de fevereiro de 2017, dirigidos por diretores de departamento, cargo de direção intermédia de 1º grau, com as competências dos dirigentes definidas no artigo 15º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.



3 – Estrutura Orgânica Flexível

As unidades orgânicas previstas na atual estrutura flexível são compostas por Divisões Municipais, dirigidas por Chefes de Divisão, cargo de direção intermédia de 2º grau, com as competências definidas no artigo 15º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e por Serviços Municipais, dirigidos por Chefes de Serviço, cargo de direção intermédia de 3º grau, ambas com as competências definidas no artigo 15º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e nos critérios aprovados pela assembleia municipal.

Tendo em conta a alteração proposta, extinção do gabinete de direção municipal, a estrutura flexível passa a ser composta por quarenta e três unidades orgânicas flexíveis, mantendo-se todas as demais, assim como as suas atribuições constantes do anexo I do Despacho n.º 11481/2017, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 249, de 29 de dezembro de 2017.

Lideradas por titulares de cargos de direção intermédia de 2º grau – vinte unidades orgânicas flexíveis;

Lideradas por titulares de cargos de direção intermédia de 3º grau – vinte unidades orgânicas flexíveis.

Acresce ao número destas unidades orgânicas o serviço de polícia municipal, o serviço municipal de proteção civil e os serviços veterinários municipais.

4 - Subunidades Orgânicas

Mantêm-se o número máximo de subunidades orgânicas, previstas no n.º 5 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, em 40.

5 – Cargos de direção intermédia de 3º e 4º grau

Mantém-se o deliberado pela assembleia municipal em sessão ordinária de 29 de setembro de 2014 (item 10), publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 195, de 09 de outubro de 2014.

6 – Organograma

O organograma do município de Santo Tirso faz parte integrante deste documento, como Anexo I.

Remeta-se a presente proposta à próxima reunião da câmara municipal.

Santo Tirso, 19 de junho de 2018

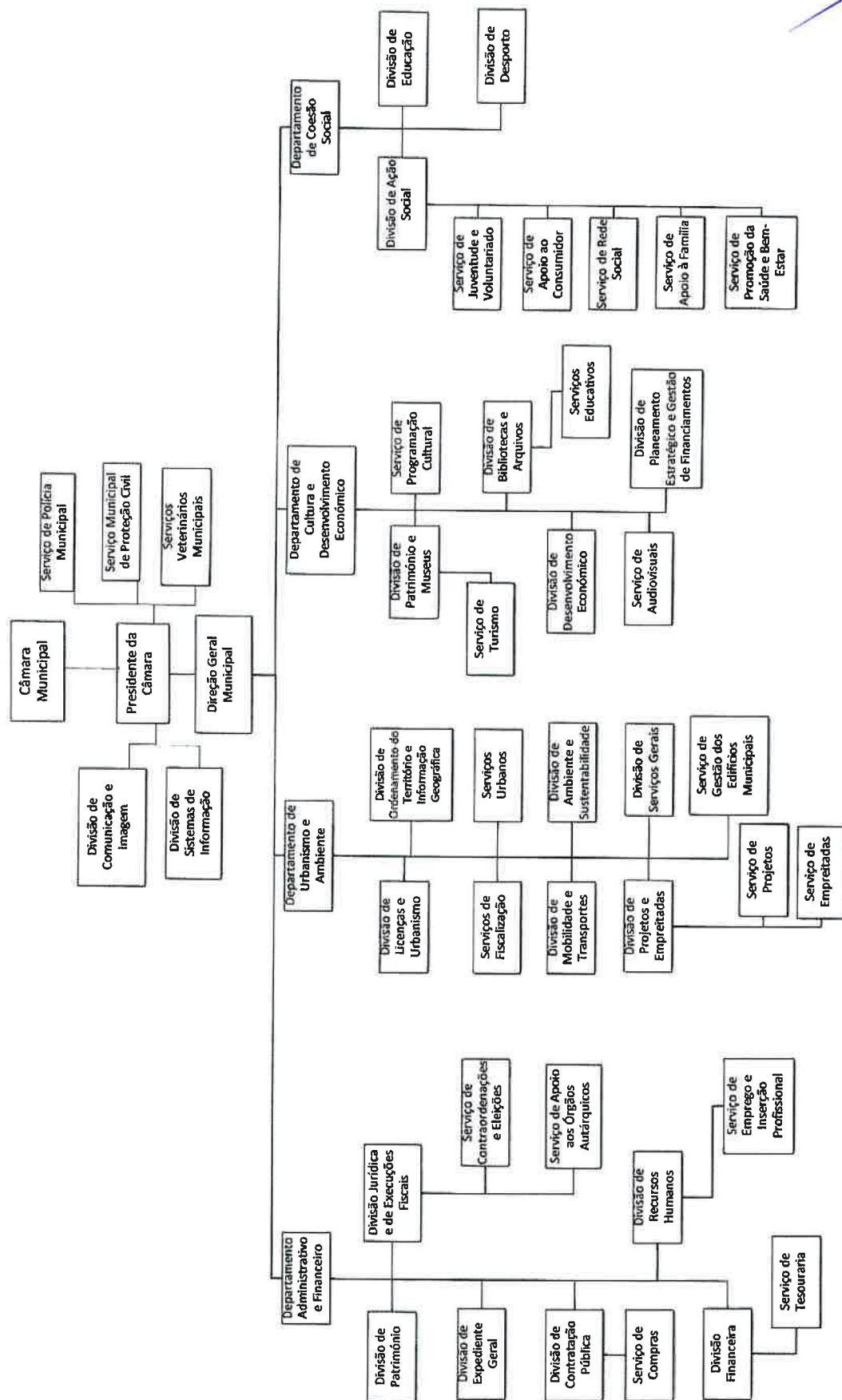
O Presidente da Câmara,

Dr. Joaquim Couto

13



ORGANOGRAMA DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO – ANEXO I





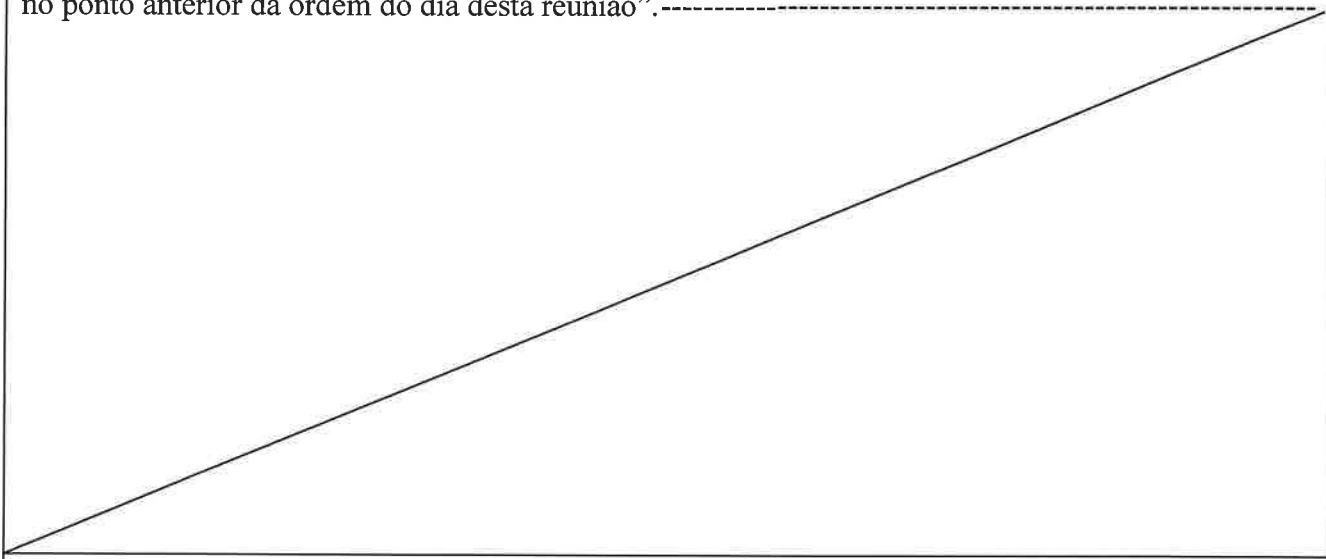
3. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AO TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO SUPERIOR DE 1º GRAU. -----

Presente informação da Divisão de Recursos Humanos, de vinte e um do corrente mês de junho, registada com o número sete mil e quarenta e dois, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais. -----

O senhor vice-presidente da câmara propôs que a câmara municipal, no seguimento da deliberação de doze de dezembro de dois mil e doze (item quatro da respectiva ata) deliberasse propor à assembleia municipal a atribuição de despesas de representação, nos termos do nº 1 do artigo 24º da Lei 49/2012, de 29 de agosto, também ao titular de cargo de direção superior de 1º grau, no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o nº 2 do artigo 31º da Lei 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei 64/2011, de 22 de dezembro, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três votos contra dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, que fizeram a seguinte declaração de voto: -----

“Apenas para dizer que votamos contra exatamente pelas mesmas razões que o fizemos no ponto anterior da ordem do dia desta reunião”.-----





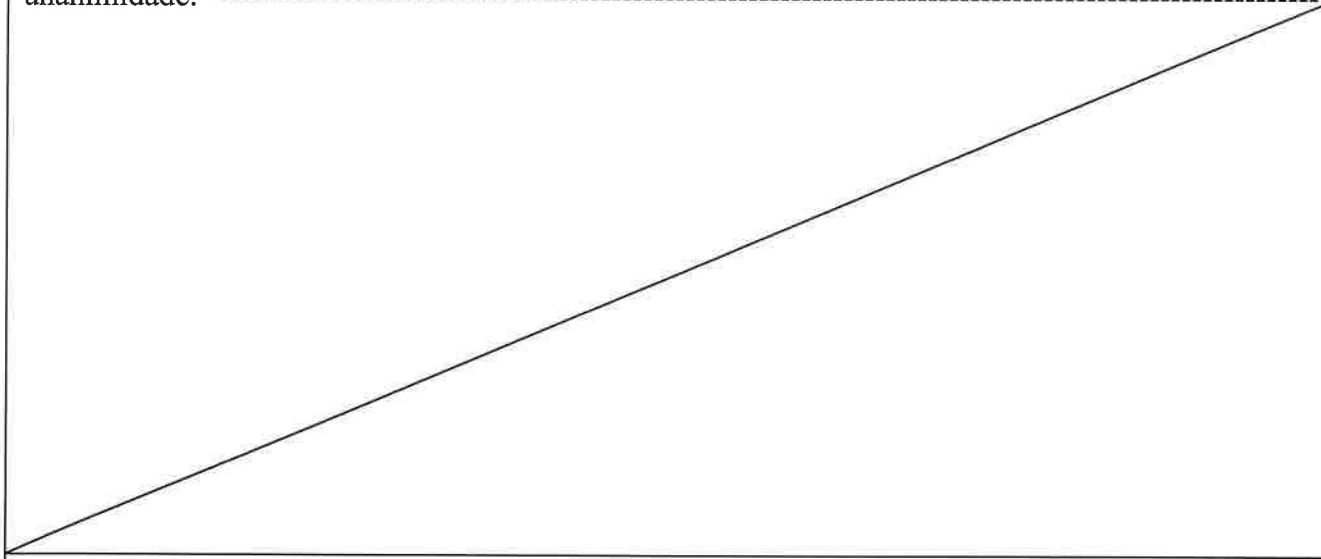
4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2018 - 4ª REVISÃO AO PPI E AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA. -----

Presente informação da Divisão Financeira, de vinte e cinco do corrente mês de junho, registada com o número sete mil e cinquenta e nove, a remeter proposta de 23ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento do município para 2018, que consiste na 4ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento da Despesa e na 3ª revisão ao Orçamento da Receita, que tem lugar pelas razões referidas na mesma informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais. -----

Anexa-se à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas, a referida 23ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento do município para 2018. -----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal, de harmonia com o previsto no artigo 25º, n.º 1, alínea a) do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da referida revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e aos Orçamentos da Despesa e da Receita. -----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, que foi aprovada por unanimidade. -----



LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES
 Ano Contabilístico: 2018 Data Aprovação :

Página: 1

Tipo de Modificação : ROD - REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA					Número : 4	
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010401		Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	6.679.433,91	432.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					432.000,00	
Tipo de Modificação : ROR - REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA					Número : 3	
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
	160101		Na posse do serviço	1.860.586,06	432.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					432.000,00	
Tipo de Modificação : RPI - REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS					Número : 4	
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010401	2018 I 61	ABASTECIMENTO DE AGUA UOPG 10.2 - VIA DO TRABALHO SUL - 1º FASE		252.000,00	
02	07010401	2018 I 63	PLANO PORMENOR ZONA INDUSTRIAL PICARIA		180.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					432.000,00	
Total Geral :					1.296.000,00	

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1
MUNICÍPIO DE SANTO TIROSO		MODIFICAÇÃO NUMERO: 23	REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA	NUMERO 4	DO ANO CONTABILISTICO DE 2018	DATA DE APROVAÇÃO
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
02		CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	6.679.433,91	432.000,00		7.111.433,91
	07	Aquisição bens capital	6.679.433,91	432.000,00		7.111.433,91
	0701	Investimentos	6.679.433,91	432.000,00		7.111.433,91
	070104	Construções diversas	6.679.433,91	432.000,00		7.111.433,91
	07010401	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	6.679.433,91	432.000,00		7.111.433,91
TOTAL ...			6.679.433,91	432.000,00		7.111.433,91
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ...						
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				432.000,00		

DESPACHO

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

ENTIDADE

MUNICÍPIO DE SANTO TIROSO

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA

MODIFICAÇÃO NÚMERO : 23

REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA

NÚMERO 3

DO ANO CONTABILISTICO DE 2018

DATA DE APROVAÇÃO

Página: 1

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DOTAÇÕES DA RECEITA				OBSERVAÇÕES
CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
16	Saldo da gerencia anterior	1.860.586,06	432.000,00		2.292.586,06	
1601	Saldo orçamental	1.860.586,06	432.000,00		2.292.586,06	
160101	Na posse do serviço	1.860.586,06	432.000,00		2.292.586,06	
TOTAL ...		1.860.586,06	432.000,00		2.292.586,06	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES ...						
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL ...						
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS ...		1.860.586,06	432.000,00		2.292.586,06	

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____



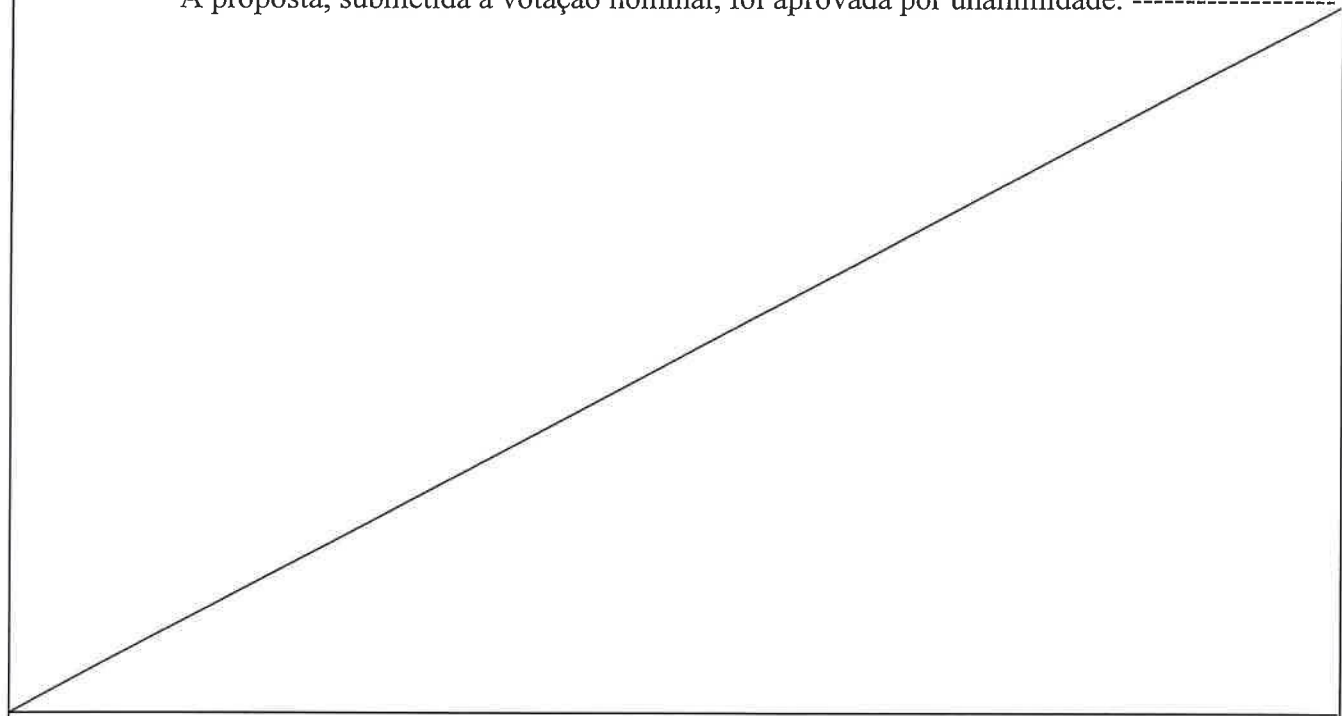
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

5. 6ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO, COBRANÇA E PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS: APROVAÇÃO -----

Presentes informações de vinte e um e vinte e seis do corrente mês de junho, da Divisão Jurídica, registadas, respetivamente, com os números sete mil e quinze e sete mil cento e noventa e dois, a comunicar, na sequência da deliberação da câmara municipal de três de maio findo (item seis da respetiva ata), o resultado da consulta pública efetuada (não foram apresentadas quaisquer reclamações ou sugestões de alteração ao projeto de alteração submetido a discussão pública) e a remeter a proposta de 6ª alteração ao Regulamento Municipal de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, a qual se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes três folhas.-----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com a sua competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse propor à assembleia municipal a aprovação da 6ª alteração ao Regulamento municipal acima referido. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----





Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

PROJETO DA 6.ª ALTERAÇÃO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO, COBRANÇA E PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

I – ALTERAÇÕES

São alterados os artigos 1.º, 15.º, 48.º e 49.º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, nos seguintes termos:

“Artigo 1.º

Lei habilitante

(...), é aprovado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República, nas alíneas b), c) e g) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos artigos 14.º, 20.º e 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro, da Lei Geral Tributária, (...).

Artigo 15.º

Isenções ou reduções

1 – (...).

2 – (...).

3- O reconhecimento do especial interesse social, cultural e económico municipal, pela câmara municipal, nos termos previstos na alínea f) do número anterior, releva para efeitos de isenções ou reduções de taxas previstas noutros regulamentos municipais, sem prejuízo da aplicação dos critérios neles previstos.

4 – Poderão beneficiar de redução de taxas até 50%:

a) As obras de reabilitação urbana de edifícios, enquadráveis no Regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações, que sejam destinados a fins habitacionais que deem origem à criação de um ou mais fogos;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

23

b) Loteamentos, edifícios com impacte relevante ou semelhante a loteamento, destinados à criação de fogos a colocar no mercado para venda ou arrendamento, desde que se insiram nos objetivos da política habitacional municipal e lhes seja reconhecido o especial interesse social e económico.

c) (Revogada a alínea c) do anterior nº 3)

5 – (anterior nº 4).

6 – (anterior nº 5).

7 – (anterior nº 6).

8 – (anterior nº 7).

9 – (anterior nº 8)

10 - As isenções previstas nos números anteriores fundamentam-se no (...).

Artigo 48º

Preços

1- (...).

2- Excetua-se do disposto no número anterior, o preço por hora do estacionamento em zona de estacionamento de duração limitada, os preços do Complexo Desportivo Municipal, os preços das publicações e os preços de ocupação dos espaços da Fábrica de Santo Thyrsó, da Biblioteca Municipal, do Centro Interpretativo do Monte Padrão e do Centro Cultural Municipal de Vila das Aves, cujas atualizações serão efetuadas por deliberação da câmara municipal.

Artigo 49º

Norma revogatória

1 – (...)

2 – (...) previstas nos referidos regulamentos (...).

3- É revogado o Anexo II do presente Regulamento.”

II – REVOGAÇÃO



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

24

[Handwritten signature]

É revogado o artigo 45º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais.

III – ENTRADA EM VIGOR DAS ALTERAÇÕES

1- As presentes alterações entram em vigor cinco dias após a respetiva publicação no Diário da República.

2- As alterações introduzidas às alíneas a) e b) do nº 4 do artigo 15º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais são aplicáveis a todos os requerimentos em curso, ainda que respeitantes a processos iniciados anteriormente.

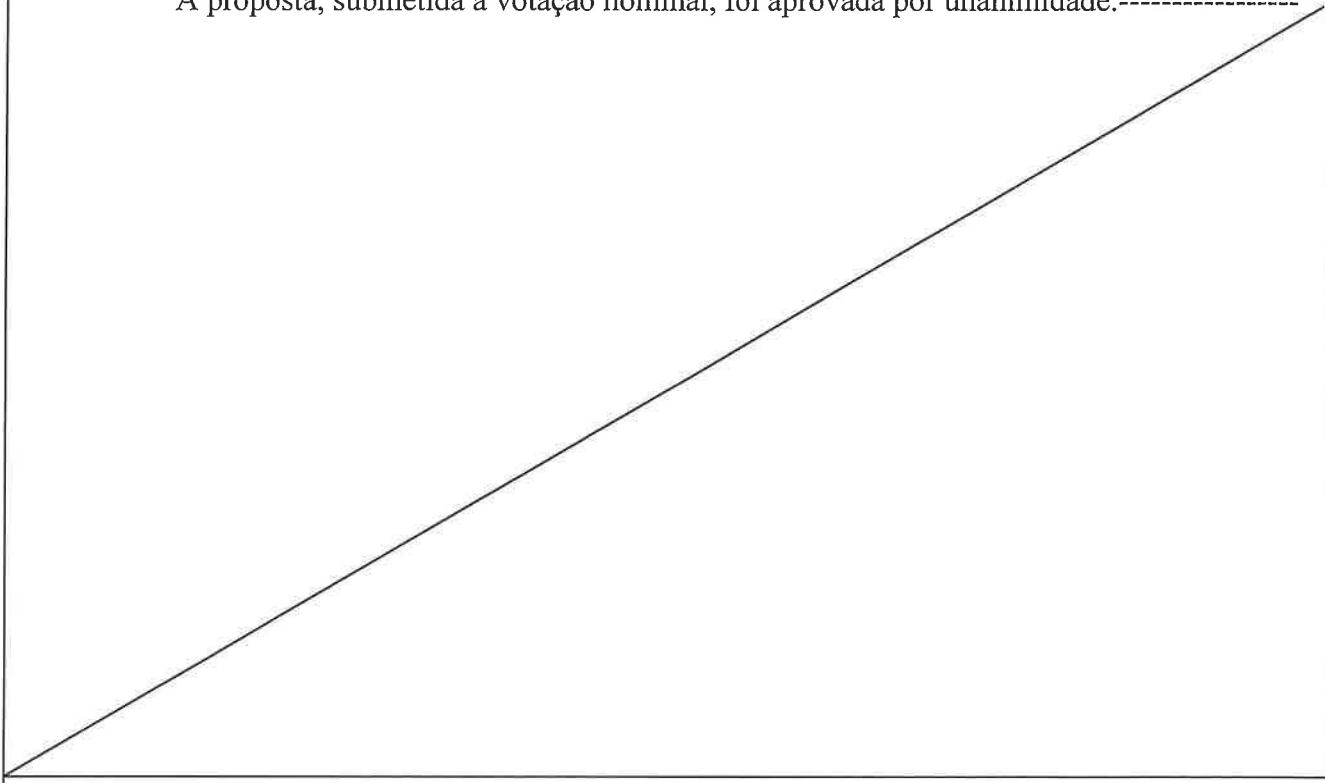


6. PROPOSTA DE 2.ª ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO PARA A ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS DE MÉRITO ESCOLAR: APROVAÇÃO-----

Presentes informações de doze e vinte e sete do corrente mês de junho, da Divisão de Educação, registadas, respetivamente, com os números seis mil seiscientos e setenta e oito sete mil duzentos e setenta e oito, a comunicar, na sequência da deliberação da câmara municipal de dezanove de abril último (item dez da respetiva ata), o resultado da discussão pública relativa ao projeto de 2ª alteração do Regulamento Municipal para a atribuição de prémios de Mérito Escolar, o qual, com a redação resultante das alterações introduzidas, se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes duas folhas.-----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com a sua competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse propor à assembleia municipal a aprovação da 2ª alteração ao Regulamento Municipal acima referido.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

26

Regulamento para a atribuição de Prémios de Mérito Escolar- proposta de 2.ª alteração

Art.º 1º

1. A Câmara Municipal de Santo Tirso atribuirá anualmente, o prémio de «Mérito Escolar» aos melhores alunos do 6.º, 9.º, 10.º, 11.º e 12.º ano de escolaridade de cada estabelecimento de ensino público, privado ou cooperativo;
2. Consideram-se candidatos ao prémio de «Mérito Escolar» os alunos residentes neste concelho e que tenham concluído, no ano letivo anterior, o 6.º, 9.º, 10.º, 11.º ou 12.º anos de escolaridade, num estabelecimento ensino sediado neste município.

Art.º 2º

1. A seleção do melhor aluno de cada um dos anos de escolaridade cabe exclusivamente a cada estabelecimento de ensino, tendo por referência a média final obtida no ano letivo em análise.
2. Em caso de igualdade são adotados, sucessivamente, os seguintes critérios, até ao desempate:
 - 1º - A melhor média do 3.º período do ano letivo em análise;
 - 2º - A melhor média do 2.º período do ano letivo em análise;
 - 3º - A melhor média do 1.º período do ano letivo em análise;
 - 4º - No caso do Ensino Básico, a melhor média obtida nos anos letivos anteriores dos anos de escolaridade do mesmo ciclo de ensino;
 - 5º - No caso do Ensino Secundário, a melhor média obtida no ano letivo anterior.

- 2.1. Os diretores de cada estabelecimento de ensino informam a Divisão de Educação qual ou quais os alunos premiados até ao dia 15 de julho.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Art. 3º

1. Para cada ano propõe-se a atribuição de prémios de «Mérito Escolar» com os valores seguintes:

- 6º ano - 150,00 €** (Cento e cinquenta euros)
- 9º ano - 250,00 €** (Duzentos e cinquenta euros)
- 10º ano - 300,00 €** (Trezentos euros)
- 11º ano - 350,00 €** (Trezentos e cinquenta)
- 12º ano - 400,00 €** (Quatrocentos euros)

2. A distribuição dos prémios faz-se em Sessão Pública, no início do ano letivo seguinte, em data a indicar pela Câmara Municipal.

3 - O presente Regulamento tem efeitos para o ano letivo de 2017/2018, e nos anos subsequentes.



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

7. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A COMPANHIA DE TEATRO DE SANTO TIRSO. -----

Presente informação de sete do corrente mês de junho, da Divisão de Património e Museus, registada com o número seis mil quatrocentos e sessenta e seis, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, a sugerir a celebração de um Protocolo de cooperação entre o município de Santo Tirso e a associação denominada Companhia de Teatro de Santo Tirso, tendo por objeto estabelecer as condições de cooperação entre as partes, para a promoção e divulgação do teatro e artes cénicas no concelho de Santo Tirso.-----

Para apoio na prossecução das atividades a desenvolver pela Companhia de Teatro de Santo Tirso o município compromete-se a atribuir uma comparticipação financeira no montante global de 10.000,00 € (dez mil euros), a pagar nos termos previstos na cláusula segunda da minuta do aludido Protocolo.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental 2085/2018.-----

O respetivo compromisso está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com número 2167/2018, de dezoito de junho. -----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar o Protocolo referido na aludida informação, nos termos da minuta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, composto por quatro folhas, que fica rubricado pelo vice-presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

8. FESTIVAL DANÇAS DO MUNDO - PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM A CASA DA GAIA - CENTRO DE CULTURA, DESPORTO E RECREIO DE ARGONCILHE.-----

Presente informação de dezoito do corrente mês de junho, da Divisão de Património e Museus, registada com o número seis mil oitocentos e sessenta e sete, a propor a celebração de um Protocolo de colaboração entre o município de Santo Tirso e a associação denominada CASA DA GAIA – Centro de Cultura, Desporto e Recreio de Argoncilhe, que tem por objeto estabelecer as condições de cooperação entre as partes para a realização do “Festival Danças do Mundo”, que terá lugar no próximo dia vinte e dois de julho, na Praça 25 de Abril, na cidade e concelho de Santo Tirso.

O município atribuirá uma comparticipação financeira à identificada associação, no montante de 6.000,00 € (seis mil euros), a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 02022009, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2077/2018. -----

O compromisso assumido pelo município está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2149/2018, de 18 do corrente mês de junho. -----

O senhor vice-presidente propôs, com a fundamentação constante da aludida informação, que aqui se tem por inteiramente transcrita, e face aos considerandos constantes da minuta de Protocolo em causa, que a câmara municipal deliberasse celebrar um Protocolo de Cooperação com a identificada associação, nas condições constantes da minuta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, composto por treze folhas, que fica rubricado pelo vice-presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

[Handwritten signature]

9. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA COLÓNIAS DE FÉRIAS

- 1ª FASE. -----

Presente informação da Divisão de Educação, de vinte e um do corrente mês de junho, registada com o número sete mil e vinte e cinco, a sugerir a atribuição de subsídios para colónias de férias.-----

Pelo senhor vice- presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que no verão várias instituições do concelho promovem colónias de férias, proporcionando desse modo uma vivência saudável a milhares de crianças;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas durante o período em que decorrem as colónias de férias encerram conteúdos de elevado alcance pedagógico em vários domínios, com especial incidência para os de natureza sócio - afetiva e psicomotora, contribuindo assim para o crescimento harmonioso das crianças; -----

Considerando as atribuições do município em matéria de educação e tempos livres (alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da lei 75/2013, de 12 de setembro) e a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do mesmo diploma legal, proponho que a câmara municipal delibere atribuir os subsídios abaixo referidos, no valor total de 4.820,00 € (quatro mil oitocentos e vinte euros).-----

- Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso -----320,00 €
(trezentos e vinte euros)-----
- Agrupamento das Escolas de São Martinho -----840,00 €
(oitocentos e quarenta euros)-----
- Associação de Pais da Escola Primária de São José de Refojos -----250,00 €
(duzentos e cinquenta euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Reguenga -----210,00 €
(duzentos e dez euros) -----

[Handwritten signature and initials]

- Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 JI de Parada Carreira -----200,00 €
(duzentos euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância das Fontainhas-----640,00 €
(seiscentos e quarenta euros)-----
- APEBN- Associação de Pais da Escola de Bom Nome-----350,00
€ (trezentos e cinquenta euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1 e Jardim de Infância de Merouços--
-----250,00 €
(duzentos e cinquenta euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária de Tarrio-----270,00 €
(duzentos e setenta euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola do 1º ciclo do ensino básico e jardim de
infância de Areal – São Miguel do Couto-----220,00 €
(duzentos e vinte euros).-----
- Associação de Pais da Escola da Presa nº 2 – Vilarinho-----70,00€
(setenta euros)-----
- Associação de Pais dos alunos do Jardim de Infância do Ribeiro – Freguesia de Rebordões -----
-----160,00€
(cento e sessenta euros).-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação e Amigos do Jardim de Infância e Escola do 1º
ciclo do ensino básico da Ribeira-----120,00 €
(cento e vinte euros).-----
- Associação de Pais da Escola EB1/JI de Quintão - Palmeira -----100,00€
(cem euros).-----
- Junta de Freguesia de Água Longa-----370,00 €

(trezentos e setenta euros)-----
- Junta de Freguesia de Vila Nova do Campo-----450,00 €
(quatrocentos e cinquenta euros).-----

A despesa com a atribuição dos referidos subsídios será satisfeita pela rubrica orçamental com as classificações económicas 040701 e 04050102, nas quais tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento n.º 2126/2018, de 21 do corrente mês de junho. -----

Os compromissos inerentes à presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com os números 2193/2018, 2194/2018, 2195/2018, 2196/2018, 2197/2018, 2198/2018, 2200/2018, 2201/2018, 2202/2018, 2203/2018, 2204/2018, 2205/2018, 2206/2018, 2207/2018, 2208/2018, todos de vinte e um do corrente mês de junho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

10. JUNTA DE FREGUESIA DE VILARINHO - PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AS FESTAS DA VILA.-----

Presente ofício de doze de abril último, da junta de freguesia de Vilarinho, remetido por e-mail na mesma data, registado com o número dez mil oitocentos e sessenta e seis, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas comemorativas do 9º aniversário da elevação da freguesia de Vilarinho à categoria de Vila.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de sete do corrente mês de junho, registada com o número seis mil quatrocentos e oitenta e três, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais. -----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal a atribuição de um subsídio à freguesia de Vilarinho no montante de 1.700,00 € (mil e setecentos euros), para ajudar a custear as despesas com as festas acima referidas, face à competência daquele órgão deliberativo prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento n.º 2031/2018.-----

O compromisso inerente à deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2087/2018, de treze do corrente mês de junho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada unanimidade.-----

No momento da discussão da proposta pela senhora vereadora Drª Andreia Neto foi dito:

No pedido do senhor presidente de junta de Vilarinho é dito que no ano transato foi atribuído um subsidio de igual montante para as festas da Vila, mas que ainda não estava pago. -----

Questionou se é verdade que o subsidio atribuído em 2107 ainda não foi pago. -----

O senhor vice-presidente esclareceu que o subsidio já está pago.-----

A
J-h

11. JUNTA DE FREGUESIA DE REBORDÕES - PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AS FESTAS DA VILA.-----

Presente ofício de vinte e três de abril último, da junta de freguesia de Rebordões, registado com o número doze mil cento e noventa e nove, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas comemorativas do 21º aniversário da elevação da freguesia de Rebordões à categoria de Vila, que decorreram no dia dezasseis do corrente mês de junho. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Património e Muscus, conforme informação de sete do corrente mês de junho, registada com o número seis mil quatrocentos e oitenta e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais. -----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal a atribuição de um subsídio à freguesia de Rebordões no montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), para ajudar a custear as despesas com as festas acima referidas, face à competência daquele órgão deliberativo prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento n.º 2036/2018.-----

O compromisso inerente à deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2117/2018, de treze de junho. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

12. JUNTA DE FREGUESIA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS - PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AS FESTAS DA VILA. -----

Presente e-mail de vinte e sete de março último, da junta de freguesia de Negrelos (São Tomé), registado com o número oito mil setecentos e oitenta e três, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização das “Festas da Vila”, promovidas pela referida junta, que decorreram no mês de maio findo. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Património e Muscus, conforme informação de sete do corrente mês de junho, registada com o número seis mil quatrocentos e oitenta e um, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais. -----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal, face à sua à competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um subsidio à junta de freguesia de Negrelos (São Tomé) no montante de 1.800,00 € (mil e oitocentos euros) para ajudar a custear as despesas com as referidas festas.-----

A despesa com a atribuição do presente subsídio será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2029/2018. -----

O compromisso inerente à deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2086/2018, de treze de junho. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

13. JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO TIRSO, COUTO (SANTA CRISTINA E SÃO MIGUEL) E BURGÃES – SEMANA DE SANTA CRISTINA DO COUTO. -----

Presente ofício de doze de abril último, da junta de freguesia União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães, enviado por email no dia vinte e dois de maio findo, registado com o número catorze mil oitocentos e quarenta, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização do evento denominado “Semana de Couto (Santa Cristina) / 2018”, que decorreu de dois a dez do corrente mês de junho. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de sete do corrente mês de junho, registada com o número seis mil quatrocentos e noventa e cinco, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais. -----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal, face à sua competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um subsídio à junta de freguesia União de freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães no montante de 1.850,00 € (mil oitocentos e cinquenta euros), a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2037/2018, para ajudar a custear as despesas com o referido evento. -----

O compromisso inerente à deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2280/2018, de vinte e sete do corrente mês de junho. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

14. FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA PALMEIRA - PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA AS FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO.-----

Presente ofício de quatro de maio findo, da Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Eulália de Palmeira, registado com o número quinze mil trezentos e cinquenta e quatro, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as festas em honra de Nossa Senhora do Rosário, que se realizam de três a cinco do próximo mês de agosto. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de quatro do corrente mês de junho, registada com o número seis mil duzentos e vinte e cinco, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais. -----

Pelo senhor vice-presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas paróquias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros) à Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Eulália de Palmeira.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 2099/2017.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de

Reunião : ORDINÁRIA

contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2180/2018, de vinte do corrente mês de junho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



[Handwritten signature and initials]

15. FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. MIGUEL DAS AVES - PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA AS FESTAS EM HONRA DE S. MIGUEL ARCANJO. -----

Presente ofício de vinte e quatro de abril último, da Fábrica da Igreja Paroquial de S. Miguel das Aves, registado com número doze mil cento e oitenta e um, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as festas em honra de S. Miguel Arcanjo, que se realizam de vinte e sete a trinta do próximo mês de setembro. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de um do corrente mês de junho, registada com o número seis mil duzentos e quatro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais. -----

Pelo senhor vice-presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas paróquias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 350,00 € (trezentos e cinquenta euros) à Fábrica da Igreja Paroquial de S. Miguel das Aves, para ajudar a custear as despesas com a realização das referidas festas.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2102/2018.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade

Reunião : ORDINÁRIA

de apoio à execução orçamental com o número 2181/2018, de vinte do corrente mês de junho. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

16 - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. BARTOLOMEU DE FONTISCOS - PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE ÓRGÃO DE TUBOS. -----

Presente ofício de dezassete de abril último, da Paróquia de São Bartolomeu de Fontiscos, Santo Tirso, registado com o número onze mil trezentos e quinze, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a aquisição de um órgão de tubos, já usado, mas em bom estado, para substituição do órgão eletrónico existente, que apresenta sinais de grande desgaste, pelo preço de 27.120,00 € (vinte e sete mil e cento e vinte euros), mais IVA.-----

O assunto vem informado pela Divisão do Património e Museus, conforme informação de vinte do corrente mês de junho, registada com o número seis mil setecentos e noventa e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Pelo senhor vice-presidente da câmara foi dito:-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1º do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para apoiar entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista ao apoio de atividades de natureza cultural; -----

Considerando o teor da aludida informação da Divisão de Património e Museus.-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial de São Bartolomeu de Fontiscos um subsídio no montante de 5.000,00 € (cinco mil euros) para ajudar a custear as despesas com a aquisição do referido instrumento musical.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2092/2018.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2178/2018, de vinte do corrente mês de junho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

A
gsh

17. FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SANTA MARIA MADALENA, SANTO TIRSO-PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA OBRAS DE LIGAÇÃO DA REDE PREDIAL DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO À REDE PÚBLICA. -----

Presente ofício de catorze do corrente mês de junho, da Paróquia de Santa Maria Madalena, Santo Tirso, registado com o número dezassete mil quinhentos e setenta e três, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as obras de ligação à rede pública da rede predial de saneamento de águas residuais das casas de banho do Mosteiro de S. Bento, cujo orçamento é de 5.107,80 € (cinco mil cento e sete euros e oitenta centimos), mais IVA. -----

Pelo senhor vice-presidente da câmara foi dito: -----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1º do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para apoiar entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras de interesse para o município;-----

Considerando a importância que as Igrejas Locais assumem no seio da comunidade em que se inserem, sendo que os membros da Igreja são simultaneamente membros da comunidade local e um número significativo de cidadãos são membros conscientes e ativos da Igreja, estando simultaneamente comprometidos com o desenvolvimento social;-----

Considerando que as casas de banho existentes no Mosteiro de S. Bento são utilizadas pela população em geral, durante todo o ano, mas especialmente por ocasião das festas de S. Bento;--

Considerando o teor da informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de dezanove do corrente mês de junho, registada com o número seis mil novecentos e quinze, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria Madalena, Santo Tirso, um subsídio no montante 5.107,80 € (cinco mil cento e sete euros e

oitenta cêntimos), para ajudar a custear as despesas com as referidas obras, a pagar à medida da sua execução.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 02080701, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2213/2018. -----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2291/2018, de vinte e sete do corrente mês de junho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

A
Pat

18. ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE SANGUINHEDO: PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA AS FESTAS DE SANGUINHEDO.-----

Presente ofício de três de maio último, da Associação Amigos de Sanguinhedo, registado com o número treze mil e duzentos, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as “Festas de Sanguinhedo” que decorrem de vinte e sete a vinte e nove do próximo mês de julho.-----

O expediente vem informado pela Divisão de Património e Museus, conforme consta da informação de dezanove do corrente mês de junho, registada com o número seis mil novecentos e dezanove.-----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara, ao abrigo da sua competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse atribuir à Associação Amigos de Sanguinhedo um subsidio no montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros).-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2120/2018.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2192/2018, de vinte e um do corrente mês de junho.--

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

A
R

19. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO DENOMINADA STARJ – ASSOCIAÇÃO DE ARTES MARCIAIS DE SANTO TIRSO.-----

Presente requerimento de trinta de janeiro último, da associação denominada STARJ – Associação de Artes Marciais de Santo Tirso, registado com o número dois mil setecentos e sessenta e oito, a remeter Programa de Desenvolvimento Desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

Pelo senhor vice-presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que a STARJ – Associação de Artes Marciais de Santo Tirso tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Serviço Segurança Social Direta, no dia sete de abril último, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, na mesma data, válida por três meses; -----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a informação da Divisão de Desporto, de vinte e um do corrente mês de junho, registada com o número sete mil e vinte e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais; -----

Considerando a competência prevista na alínea o) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 400,00 € (quatrocentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma, composto por oito folhas, que fica rubricado pelo vice-presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

O montante global da comparticipação financeira atribuída pelo município é suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 2131/2018.-----

O compromisso inerente à atribuição da referida comparticipação financeira está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2210/2018, de vinte e dois do corrente mês de junho.-----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

20. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM ASSOCIAÇÃO DENOMINADA CLUBE DE PESCA ALÉM RIO. -----

Presente ofício da associação denominada Clube de Pesca Desportiva Além-Rio, registado com o número doze mil quinhentos e vinte, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio da câmara municipal para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número sete mil e vinte, de vinte e um do corrente mês de junho, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor vice-presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que o Clube de Pesca Desportiva Além-Rio tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada pelo município ao sítio institucional da internet do Serviço Segurança Social Direta, no dia vinte e um do corrente mês de junho, cuja informação assim obtida tem a validade de seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme consulta efetuada pelo município ao sítio institucional da Autoridade Tributária, na mesma data, e cuja informação assim obtida tem igualmente a validade de seis meses.--

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 550,00 € (quinhentos e cinquenta euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela

fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma, que fica rubricado pelo vice-presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 2132/2018.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2215/2018, de vinte e dois do corrente mês de junho. -----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

21. REQUERIMENTO DA FUNDAÇÃO FRANZ SCHUBERT: PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO PROJETO RELATIVO À OBRA DE “REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM CONJUNTO EDIFICADO INTEGRADO NA QUINTA DE SANTA CRISTINA” PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO REGIME DA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL.-----

Presente requerimento de dezanove do corrente mês de junho, da Fundação Franz Schubert, pessoa coletiva número 514 946 768, com sede na Quinta de Santa Cristina, Largo da Igreja, nº 110, freguesia União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães, registado com o número dezassete mil novecentos e vinte e seis, a requerer a declaração do interesse público municipal do projeto de remodelação/ampliação de um pequeno conjunto edificado rural, integrado na referida Quinta de Santa Cristina, que tem por objetivo a reconversão deste conjunto numa Casa de Campo, integrada num projeto de Turismo Rural a desenvolver no quadro da Fundação Franz Schubert, recentemente constituída, e que tem por objeto social atividades de apoio às artes do espetáculo, a promoção da cultura e, em particular da música.-----

O pedido é apresentado para efeitos de utilização não agrícola de solos incluídos na Reserva Agrícola Nacional, relativamente a um prédio com a área de 11.411 m² (onze mil quatrocentos e onze metros quadrados), sito no luar da Igreja, Santa Cristina do Couto. -----

O requerimento vem informado pela Divisão de Licenças e Urbanismo, conforme informação de vinte e dois do corrente mês de junho, junta ao processo de obras particulares 971/16-RSP, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais. -----

Pelo senhor vice-presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerando o teor da aludida informação técnica; -----

Considerando que resulta da Memória Descritiva apresentada com o respetivo requerimento que o empreendimento a executar implica a requalificação de um conjunto edificado rural com características arquitetónicas interessantes e identitárias que importam preservar;-----

Considerando o teor das deliberações da câmara municipal de quinze de setembro de dois mil e dezasseis e da assembleia municipal de três de outubro do mesmo ano; -----

Proponho que a câmara municipal delibere propor à assembleia municipal o reconhecimento do interesse público municipal do projeto em causa, para efeitos de utilização não agrícola de solos incluídos na RAN, para efeitos do disposto no artigo 25º do Decreto-Lei 73/2009, de trinta e um de março (Reserva Agrícola Nacional), alterado e republicado pelo Decreto-Lei 199/2015, de 16 de setembro, e n.º 4 do artigo 34º do Regulamento do Plano Diretor Municipal. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



g3

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

Findo o período da ordem do dia, o senhor presidente, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 49º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 14º do regimento da câmara municipal, abriu um período para intervenção do público assistente a esta reunião.-----

Apesar de não haver inscrições para intervenção, conforme previsto no n.º 5 do referido artigo 14º, o senhor vice-presidente da câmara, ao abrigo do n.º 6 do mesmo artigo, autorizou a intervenção dos presentes que o quisessem fazer.-----

Interveio o senhor Manuel Maria Pacheco Figueiredo, residente na Av. da Ponte, nº 170, S. Tomé de Negrelos, tendo dito que intervinha em representação da Associação Recreativa de Negrelos. Em síntese, perguntou em que ponto está o processo de atribuição do subsídio à associação. -----

O senhor vice-presidente da câmara deu a palavra à senhora vereadora Engª Ana Maria Ferreira, com a área de gestão municipal do desporto, para prestar os esclarecimentos necessários. ---

A senhora vereadora Engª Ana Maria Ferreira disse que não há um momento certo para a atribuição desses subsídios. Que foram solicitados documentos necessários à Associação, e que a proposta de celebração de contrato-programa virá oportunamente a reunião da câmara municipal. ----



ENCERRAMENTO. -----

A reunião foi encerrada eram: Quinze horas e quarenta e cinco minutos. -----

E para constar se lavrou a presente minuta da ata que tem cinquenta e duas folhas e quatro documentos anexos (anexo I, relativo ao item sete; anexo II, relativo ao item oito; anexo III, relativo ao item dezanove; e anexo IV, relativo ao item vinte), apenas utilizadas no anverso, que eu

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 10/07/2018, conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas cinco).

A Secretária,